



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 24 DE 25-04-2017**

ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 25 DE ABRIL DE 2017

Aos vinte e cinco dias do mês de abril do ano de dois mil e dezassete, na sala de sessões da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, reuniu pelas dez horas, em sessão extraordinária, a Assembleia Municipal de Idanha-a-Nova, conforme convocatória do dia trinta e um de março, presidida pelo senhor João Manuel Rijo Dionísio, Presidente da mesma, com a seguinte ordem de trabalhos:

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1 – Cerimónia solene da comemoração do 43.º aniversário do 25 de abril:

- Intervenção dos senhores representantes dos Grupos Municipais;
- Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal;
- Intervenção do senhor Presidente da Assembleia Municipal.

Iniciada a sessão, o senhor Presidente da Assembleia mandou proceder à chamada dos senhores deputados, tendo-se verificada a ausência do senhor António Manuel Creado Inácio Geraldês, do senhor Manuel da Fonseca Monteiro, do senhor João Luís Marques Rego Geraldês, do senhor Mário Pissarra Pires, do senhor João Malhadas Moreira, do senhor António Moreno da Cruz, Presidente da União de Freguesias de Monfortinho e Salvaterra do Extremo, do senhor Joaquim Jorge Esteves Laranjo, Presidente da Junta de Freguesia de Oledo, da senhora Maria Helena Geraldês Esteves e Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Proença-a-Velha, substituída pela senhora Maria Palmira Carvalho Ramos, do senhor Joaquim Manuel Correia Chambino, Presidente da Junta de Freguesia de Rosmanihal, do senhor José Magro Torres Brito, Presidente da Junta de Freguesia de Toulões e do senhor Jorge Daniel Pinto Fonseca, Presidente da União de Freguesias de Zebreira e Segura.

As ausências verificadas estão todas justificadas

Verificada a existência de quórum, o senhor Presidente da Assembleia deu início à discussão dos assuntos inseridos na ordem de trabalhos.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. – CERIMÓNIA SOLENE DA COMEMORAÇÃO DO 43.º ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL - O

senhor Presidente deu a palavra ao senhor deputado António Gil, em representação do Grupo Municipal da CDU que disse “Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Exmos. Senhores Membros da Assembleia Municipal, Exmas. Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores, Estimado Público

As comemorações do 43º aniversário da Revolução de Abril, que esta Assembleia reconhecida e dignamente evoca, não podem deixar da parte da CDU uma referência ao antes e ao após o 25 de Abril de 1974, para recordar os mais esquecidos e avivar a esperança de todos aqueles que continuam a ver nesta data histórica o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 24 DE 25-04-2017

início de um percurso, feito de avanços e recuos, mas que representa o almejar de um futuro mais livre, mais justo e mais fraterno para todo o Povo Português, como está consagrado na Constituição da República.

Celebram-se hoje os 43 anos da Revolução dos Cravos - 43 anos da quebra de um dos ciclos mais escuros e difíceis do nosso País. O ciclo fascista! Um ciclo de 48 anos onde o povo português foi sujeito a um regime autoritário de ditadura, instrumentalizada através da PIDE, a famigerada polícia política.

Nesta data devemos, todos os anos, celebrar a vitória dos que por nós lutaram, sofreram e morreram. Aqueles que nos levaram aos ideais e aos valores de um Portugal novo.

Graças a eles conseguiu-se o que hoje reconhecemos como as grandes conquistas de Abril, pelas quais ainda hoje temos de lutar.

A construção do Estado e do Poder Local democráticos, a criação do Sistema Nacional de Saúde, a consagração do direito universal à educação e à cultura, a instituição da Segurança Social Pública, universal e solidária, a liberdade de expressão e de imprensa, com direito à justiça e à garantia da independência dos tribunais.

No plano laboral passou-se de uma sociedade de brutal exploração e de contornos feudais, bem patente na nossa região, sendo conquistado o direito ao salário mínimo nacional, à contratação coletiva, a dignificação dos salários, dos vínculos e das condições de trabalho, a generalização das férias pagas, ao subsídio de férias e ao 13º mês, à consagração da igualdade dos direitos das mulheres e ao direito à licença de maternidade.

Contudo, as conquistas de Abril, desde as primeiras horas, foram alvo da ira, do revanchismo e da reação (terrorista e com vítimas) daqueles que viam o seu poder de domínio e de exploração selvagem posto em causa. Foi assim que, ao longo dos últimos anos, assistimos à retirada de muito do que foi conquistado através da luta. Assistimos a sucessivas revisões que tentaram desvirtuar em vez de aperfeiçoar o que ficou escrito na Constituição Portuguesa.

Particularmente nos quatro anos de alienação da soberania nacional e de governo do PSD/CDS, vimos muitas vezes posta em causa a Lei Fundamental do País.

Foram acentuadas as desigualdades e os desequilíbrios, tornando o país mais pobre e desertificado, com o encerramento de serviços e a extinção de freguesias, em nome de uma dita "reorganização e descentralização administrativas" que defraudou as autarquias e as populações, caminho que ainda não foi invertido e experiência perigosa que parecem querer continuar.

Assim aconteceu na Saúde com o encerramento de Hospitais, Centros de Saúde e extensões de postos médicos, que serviam as povoações mais isoladas, com a demora nas respostas para consultas de especialidade e cirurgias, com valores de taxas moderadoras que representam um grande peso na capacidade económica das famílias e limitam o acesso aos cuidados de saúde.

No campo familiar, as famílias vivem o medo e a inconstante realidade dos trabalhos temporários, correndo o risco de um, ou até mesmo os dois membros do agregado caírem no desemprego. Quando falo de um agregado familiar, com estas dificuldades, não me refiro a uma situação exclusiva desta ou daquela faixa etária, é um problema que começa logo com os jovens, sendo também um fator da forte sangria emigratória que afeta Portugal, à semelhança dos anos 60, e coloca em risco a própria sociedade portuguesa.

Vemos por um canudo as promessas de criação de um sistema gratuito e universal, com um constante desinvestimento na educação, transferindo fortunas para grupos privados criados por favores políticos, fomentando



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 24 DE 25-04-2017

ainda mais a precariedade, o trabalho temporário, os baixos salários, a falta de condições laborais, as horas extras apontadas na margem da folha de horas, para caírem no esquecimento.

Nós, Portugueses temos vivido cada dia com mais dificuldades para ter uma vida condigna. Aos poucos, foi-nos retirado o poder de compra, através de taxas e sobretaxas, IVA's e IRS. Instrumentos que fazem falta na gestão financeira do Estado, mas que necessitam de uma aplicação adequada e contrária à que se tem assistido nos últimos anos, onde foi evidente, em especial no governo PSD/CDS, a glorificação da pobreza dos portugueses, manipulados através da informação que entra pelas nossas casas, onde os comentadores da “voz do dono” apontam as responsabilidades a esse mesmo povo (que, dizem sem qualquer pingão de vergonha, “viver acima das suas possibilidades”) e não apontando os verdadeiros responsáveis pelo subdesenvolvimento do país e pelo marasmo económico – os sucessivos governos e as políticas de direita e antipatrióticas por eles aplicadas.

Temos de continuar a lutar! Não podemos aceitar que continuem a atingir tanto o povo trabalhador e tão pouco o grande capital, mantendo os privilégios dos senhores do dinheiro, da terra e do mando (que continuam a escapar impunemente a crimes financeiros que todos nós depois somos obrigados a pagar), suportes também do regime fascista - contra os quais se fez a Revolução de Abril.

Num País demograficamente cada vez mais envelhecido, mais marcado pela emigração e desemprego, os impostos sobre a população ativa acabam sempre por ser insuficientes para cobrir os orçamentos de onde saem dinheiros públicos para engrossar fortunas privadas e onde não entram impostos que deveriam ser aplicados a quem vive da usura e da especulação financeira.

Não precisamos de mais impostos sobre o povo para pagar mais e mais défices, mas sim de políticas que fomentem o ciclo da economia, que protejam os trabalhadores, que promovam as micro, pequenas e médias empresas. Não precisamos de políticas que promovam as grandes empresas que, cada vez mais se comprova, que a sua preocupação não é com os seus trabalhadores nem com o país, mas sim com lucros chorudos e salários milionários de alguns, transferidos na sua grande parte para as propaladas “Off-Shores”. Continuamos a assistir a revelações em torno da circulação fraudulenta de capitais e de encobrimentos que asseguram práticas imorais, ilegais e mesmo criminosas, a começar pela fuga aos impostos por parte dos grandes grupos económicos e financeiros que, muitas vezes, mandam produzir legislação que proteja as suas traições e ataques ao interesse nacional.

Falemos ainda de consequências destas políticas: baixa taxa de natalidade, agravamento das assimetrias territoriais, desertificação, ausência de dinâmicas empresariais... mas,... por outro lado, nunca faltou “investimento” na banca, negócios ruinosos para o contribuinte nas Parcerias Público Privadas (PPP), privatizações e mais privatizações, expropriando o que de melhor Portugal tinha para o capital estrangeiro.

Estes foram os principais resultados destas ingerências externas e das políticas nacionais dos seus representantes internos.

Nos últimos anos os contribuintes pagaram milhares de milhões de euros para o BPN, o BES, o Novo Banco, o BANIF ... O Estado adquiriu no BPN a preço de ouro, a dívida privada, nacionalizando e vendendo depois ao “preço da chuva” de novo, aos privados. Situação que agora se repete com o Novo Banco.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 24 DE 25-04-2017

Por outro lado, apesar de todas as injustiças que já foram cometidas, das opções que forçaram os contribuintes a pagar os desmandos dos banqueiros nas referidas instituições, o risco do povo ser de novo chamado a pagar a fatura dos prejuízos da banca, continua a ensombrar o nosso futuro coletivo.

As privatizações em Portugal, muitas vezes propiciadas com apregoadas descentralizações de empresas e serviços públicos (seja na água, no lixo, nos correios ou noutras áreas), têm tido um só propósito: vender empresas que rendem milhões. Ninguém entende o porquê de se venderem empresas lucrativas e cruciais na economia e autonomia do Estado Português. Tais como: os CTT, a TAP, a EDP e, também por essa via, prejudicarem o acesso aos serviços que deveriam ser de interesse público e de cobertura nacional.

Uma amarga realidade que, não estando desligada da evolução da política de direita e de recuperação capitalista das últimas décadas, conheceu nestes últimos anos, particularmente com o governo do PSD/CDS, uma dimensão mais violenta e mais ampla.

As eleições de outubro de 2015, marcaram uma nova fase da vida política do País. A criação de um conjunto de entendimentos, em consequência de uma nova maioria parlamentar, que permitiu firmar um compromisso e a possibilidade de inverter o rumo das políticas desastrosas e de empobrecimento que têm sido seguidas por sucessivos governos.

Os tempos que vivemos, neste momento em que comemoramos o 43º aniversário da Revolução de Abril, ainda não são os de uma clara rutura com a política de direita a que aspiramos, nem estão asseguradas as condições para dar corpo a uma mudança de rumo que afirme os valores de Abril na sua plenitude. Apesar de alguma contenção e travagem no processo de empobrecimento dos portugueses, surgem ambiguidades e contradições, até mesmo a recuperação de algumas opções políticas e financeiras que não permitem combater os problemas de fundo que nos conduziram até aqui e, a não serem ultrapassados, continuarão a levar o país para uma letargia económica e social que compromete o futuro nacional e dos portugueses.

Celebrando-se hoje os 43 anos do 25 de Abril, reafirmamos neste órgão do Poder Local Democrático os valores fundamentais desse marco da história portuguesa: defender a independência nacional, garantir os direitos fundamentais das populações, fortalecer os princípios basilares da democracia e assegurar o primado do Estado de Direito Democrático!

A CDU está e estará sempre ao lado do povo, ao lado dos que trabalham e sonham com um Portugal melhor, mais justo e mais equitativo!

VIVA O 25 DE ABRIL!

VIVA PORTUGAL!"

Terminada a intervenção do senhor deputado, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora deputada Susana Martins, em representação do Grupo Municipal do PSD, que disse " Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhores membros da mesa da Assembleia Municipal, senhores membros desta Assembleia Municipal, senhor Presidente da Câmara Municipal, senhores vereadores, minhas senhoras e meus senhores. Celebramos hoje dia vinte e cinco de abril a instauração de um regime democrático e livre, sinónimo de uma sociedade que se quer e fraterna e que à custa do movimento liderado por bravos capitães de abril, inscreveu Portugal num grupo restrito de países que assentam o seu governo nos critérios da democracia plena. Desde que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 24 DE 25-04-2017

inicie funções como membro desta Assembleia Municipal, por comodismo, confesso, argumentei comigo própria, volvidas quatro décadas da implementação da democracia a comemoração do 25 de abril vai perdendo pertinência e eficácia para os portugueses, e em especial para as novas gerações, felizmente nascida em liberdade, como eu, que não atribuem qualquer relevância a uma efeméride que parece pertencer apenas aos mais velhos.

Tal exercício inicial fica, claro está, morto à nascença, que no panorama nacional, quer no quadro internacional, os símbolos da liberdade e da democracia são postos em causa, sempre que os movimentos, ora populistas, ora radicais, de direita ou de esquerda conseguem sensibilizar as consciências dos eleitores, e por isso somos aqui hoje chamados a fazer um exercício conjunto do que representa para os portugueses a herança do 25 de abril.

25 de abril trouxe as primeiras eleições livres, levando as multidões a encherem as urnas de voto, creditando que a mudança pode ser realizada através do voto. Tal como nos primeiros anos, hoje em dia o voto revela-se um instrumento de poder, e como qualquer instrumento de poder, mal utilizado pode pro em crise as bases de um regime livre e democrático como o conhecemos. Como já o dissemos aqui várias vezes, assistimos a um fosso cada vez maior entre a classe política e os cidadãos, estando esta agrilhoada em combates políticos surdos na elaboração de programas e na prossecução de medidas que ninguém compreende.

Hoje em Portugal tudo se diz e promete, mesmo sabendo que as promessas e as medidas tomadas irão levar, como já aconteceu no passado muito recente, à banca rota do país e das famílias, sem consequências políticas nem judiciais. É este governar sem consciência que descredibiliza o nosso ainda recente sistema democrático, não só o nosso, mas de alguns países do tal restrito grupo de nações democráticas. Os recentes acontecimentos em Inglaterra com o Brexit, a eleição do senhor Trump nos Estados Unidos, a força dos movimentos nacionalistas na Holanda e a perda eleitoral dos países tradicionais entre a esquerda e a direita na França, conjugado com o terror sanguinário vivido em algumas cidades europeias, é um sinal muito sério que os movimentos populistas e radicais estão a fazer-se ouvir junto de uma camada representativa de eleitores, cidadãos normais e preocupados com os seus destinos.

Tais partidos e movimentos populistas estão a ganhar terreno, não sobre uma comunidade desinformada, pobres e incauta, mas como nos dizem os números sobre gente normal medianamente informada com grande capacidade económica, instruída e cada vez mais desgastada com a classe política quer à esquerda, quer à direita, não demonstra representar e prosseguir os valores da democracia, do rigor e da transparência. O nacionalismo e a falta de solidariedade e coesão internacional está a ganhar espaço, representando um sério perigo para países como Portugal devido às nossas administrações do passado muito recente, está altamente dependente das estruturas financeiras internacionais.

Também em Portugal se assiste a movimentos que apelam à desintegração europeia, mas aqui pasme-se, todos à esquerda e que vêm ocupando algum espaço moderado e tradicional de partidos de esquerda.

Em ano de eleições já se ouvem promessas, como a descida de impostos, a implementação de processos para a obtenção de reforma antecipada, quando as contas públicas da segurança social estão muito longe da estabilidade e saúde financeira e a prometida reforma do financiamento desta instituição tarda.

A autonomia do poder local é um instrumento ao serviço da satisfação dos interesses próprios das populações, mas é sobretudo um dos pilares do regime democrático, por isso, a nós membros desta assembleia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 24 DE 25-04-2017

com responsabilidades perante os cidadãos que nos elegeram, quer ao nível do poder decisório e local, quer ao nível do deliberativo e fiscalizador, cabe-nos neste dia, e ainda que discursando para nós próprios, nós mesmos em vez de uma sessão solene aberta aos munícipes mais participativos, cabe-nos como disse, fazer este exercício acerca do estado da nossa democracia e lembrar que os valores de abril, a nossa liberdade depende profundamente de um modelo de trabalho que nós classe política prosseguimos.”

Terminada a intervenção da senhora deputada, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor deputado António Lisboa em representação do Grupo Municipal do PS que disse “Exm.º Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Exm.ºs Senhores Deputados Municipais, Exm.º Senhor Presidente da Câmara Municipal, Exm.ºs Senhores Vereadores, Minhas Senhoras e Meus Senhores, Comunicação Social

Hoje estamos a comemorar o quadragésimo terceiro aniversário de um acontecimento que ficará indelevelmente marcado na História de Portugal, na memória dos portugueses e na história de outros países e povos que, outrora, pertenceram a um império decadente, suportado por um regime caduco que sacrificou, em nome de uma ideia ultrapassada e bafienta e apenas para proveito de alguns, um conjunto de valores que sustentam as nossas convicções mais profundas.

A revolução do 25 de Abril também denominada por “revolução dos cravos” marca uma viragem forte na vida do país, abrindo portas à democracia, à ascensão social, à igualdade de oportunidades, à educação, à saúde, à justiça social, à liberdade de expressão, enfim a um cem número de oportunidades que, até aí, estavam vedadas à maioria da população portuguesa.

Há quarenta e três anos, nas lágrimas da sua alegria, no calor das suas esperanças mil vezes renovadas, no vigor da sua vontade temperada em longos anos de resistência e luta antifascista, o povo português, que povoara os campos do extermínio e vivera doridamente exilado dentro da sua própria pátria, levantou as suas gloriosas bandeiras de liberdade.

Aqui recordamos e saudamos os mártires e heróis da luta antifascista que ao longo de décadas de um combate incerto e difícil, pleno de heroísmo e de sacrifícios sem conta, empenharam todas as suas forças e energias, muitos enfrentando a tortura e sacrificando até a própria vida, para que a bandeira da liberdade pudesse um dia ondular na terra portuguesa, e se tornaram, eles próprios, símbolos da luta de um povo que jamais se deixou vergar pelos crimes mais vis perpetrados pela ditadura do Estado Novo.

Na nossa memória coletiva, o 25 de Abril está associado à conquista fundadora da liberdade e à coragem dos que durante 48 anos de fascismo não desistiram de lutar, não se acomodaram e perceberam que a escuridão não é eterna, assim o queiram e façam os povos.

Abril não foi apenas um sonho de liberdade. O espírito de Abril está, indelevelmente, associado a um conjunto de valores éticos que foram beber a sua inspiração no primado dos princípios de Liberdade, da Igualdade e da Fraternidade.

Há 43 anos o nosso país vivia isolado da comunidade internacional, na sua política do “*ORGULHOSAMENTE SÓS*”, a braços com uma guerra colonial que já durava há vários anos, contra o direito dos povos à sua autonomia e autodeterminação históricas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 24 DE 25-04-2017

O Estado Novo foi incapaz de perceber a evolução dos tempos e da sociedade portuguesa e, muito em especial, das preocupações e ambições de um povo cansado da privação da liberdade, de uma guerra colonial longa e distante que ceifou sonhos e vidas.

Por isso, também homenageamos estes soldados do Ultramar, em particular, os soldados nascidos no concelho de Idanha-a-Nova, que com coragem e bravura, em nome da pátria, lutaram em Angola, Moçambique, Guiné Bissau... Muitos foram aqueles que forçados pelo Estado Novo abandonaram a terra e a família, o País e os amigos para voltar, tantos anos depois, marcados pelos encontros da morte, da violência e da injustiça.

É, indiscutível que Portugal é hoje um país livre e, do ponto de vista das liberdades, uma democracia sem mácula. Sabemos que a liberdade é um direito, mas memória não há de que algum direito tenha sido concedido a qualquer povo. Os direitos terão sempre que ser conquistados e após conquistados preservados e defendidos. É esta realidade evolutiva das liberdades que exige a todos os cidadãos um permanente empenho, até porque, como dizia Almeida Garrett, "*O MAIOR INIMIGO DA LIBERDADE É O INDIFERENTISMO!*"

Mas saudar o 25 de Abril é sobretudo saber corresponder às amplas exigências democráticas e patrióticas do nosso povo.

Alguns comentam que, para muitos jovens, o 25 de Abril não tem muito significado. Outros argumentam ainda que Abril só tem um verdadeiro significado para quem o viveu e traz no coração esse dia. Sou opositor dessa ideia, pois defendo que todos nós, de uma maneira ou de outra, temos muito em comum com os que tornaram a liberdade possível em Portugal. Todos nós, mesmo os que nasceram depois da revolução, lutamos para manter esses direitos conquistados e mostramos o nosso desagrado quando os mesmos não são cumpridos.

Não nos esqueçamos, porém, que a liberdade significa responsabilidade e que a liberdade que cada um de nós usufrui, cessa quando começa a do outro. Numa democracia plena deve existir liberdade de expressão; deve haver liberdade que nos concede o direito de dizer aos outros o que eles não querem ouvir, e deve estar consagrada a liberdade que exigimos para os que pensam como nós, mas que exigimos igualmente para aqueles que discordam daquilo que nós pensamos.

Contudo, neste exercício legítimo da liberdade, deve também estar presente a noção de responsabilidade. Cada um de nós tem de assumir a responsabilidade daquilo que diz e daquilo que faz em nome da liberdade. E deve respeitar o próximo da mesma forma que exige respeito para si próprio.

A liberdade não é só a abolição da tirania, é também transformar a esperança em realidade.

A tirania instala-se num dia e pode durar um século. O sonho, a esperança, o desejo não ganham corpo num espasmo de cólera, ira ou de força.

A esperança não se plasma no concreto por nenhuma técnica explosiva, mas tão só pela prática implosiva da persistência e do trabalho.

O nosso desafio é eliminar problemas e concretizar oportunidades, e, assim cumprir o desiderato de proporcionar bem-estar e qualidade de vida à nossa população. O futuro de nós todos terá de ser construído por todos nós, à volta de um projeto comum realizado em liberdade e emergente da vontade popular.

Cabe-nos a responsabilidade de construir um futuro digno do nosso povo e da nossa história. Um futuro de liberdade, paz, prosperidade e esperança numa sociedade democrática, justa e pluralista, com respeito pela diversidade cultural.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 24 DE 25-04-2017

São estas as condições indispensáveis para a concretização de um verdadeiro projeto social, que mobilize vontades e apresente soluções para velhos e novos problemas e restaure a confiança dos cidadãos nas instituições democráticas. É uma exigência de dignidade, de liberdade e de justiça! É uma exigência de civilização e desenvolvimento

O 25 de Abril foi a génese de um Poder Local Democrata, autónomo e representativo da população. O Poder Local tem sido um dos motores de progresso e modernização do país. A autonomia local transporta uma relevante dimensão democrática, estruturante da República e do Estado, associada à ideia de prossecução de interesses próprios das populações por órgãos representativos democraticamente eleitos.

Hoje, as autarquias são o baluarte da boa gestão pública, lideram o processo de transformação infraestrutural do país, sem comprometer o futuro das gerações vindouras.

Hoje, apenas o poder local pode garantir um rumo de progresso e de coesão nos nossos territórios, e continuar a trabalhar e a trilhar novos caminhos de proximidade, em benefício das populações, da universalidade de acesso à saúde, educação, cultura, desporto e lazer. Como dizia Miguel Torga *“HÁ A LIBERDADE DE FALAR E HÁ A LIBERDADE DE VIVER, MAS ESTA SÓ EXISTE QUANDO SE DÁ ÀS PESSOAS A SUA IRREVERSÍVEL DIGNIDADE SOCIAL.”*

Acreditar no futuro é olhar para as dificuldades, não como obstáculos intransponíveis, mas como barreiras a superar com a determinação, a arte e o engenho que nos caracterizam ao longo da nossa história.

Comemorar o 25 de Abril é debater os caminhos do futuro e agir no aprofundamento da democracia. A evocação de Abril não pode ser encarada como um ritual retórico, mas deve constituir-se como um imperativo intergeracional, congregador de um ideário republicano ao serviço da soberania do povo e do desenvolvimento da região.

As dificuldades sempre existiram e estas nunca nos derrubaram. Pelo contrário, soubemos fazer, sempre, das Tormentas, Boas Esperanças.

Partilhemos as causas e os valores que corporizam o ideário de Abril. Como disse Salgado Zenha *“PORQUE HAVEMOS DE VENCER. QUERER É PODER. VIVER É VENCER. POR ISSO, NÓS QUEREMOS, NÓS PODEMOS, VIVEREMOS E VENCEREMOS.”*

Viva o 25 de Abril.

Viva a liberdade.

Viva o concelho de Idanha-a-Nova.”

Terminada a intervenção do senhor deputado, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que disse “ Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhores deputados da Assembleia Municipal, senhores vereadores, minhas senhoras e meus senhores, comunicação social presente, quarenta e três anos do 25 de abril, este é sempre um momento em que recordamos esta efeméride e nestes momentos também os nossos órgãos de comunicação social e a tv fazem sempre e bem, uma memória desta nossa memória. Ontem eu, e já estava no final do dia e a dormir quando fiz o zapping na televisão e revi o filme “A vida é bela” e de facto não poderia haver melhor momento para pensar na vida através dos olhos de uma criança e obviamente vemos o quanto a liberdade, o quanto as liberdades que ambicionamos e a luta que ambicionamos por elas é efémera, e o filme A Vida é Bela ensina-nos exatamente isso. Portanto o 25 de abril tem que ser realmente recordado todos os anos, tem que ser lembrado todos os dias e tem que ser construído todos os dias, porque todos os dias esta nossa liberdade e este nosso direito à vida está sempre em causa e basta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 24 DE 25-04-2017

vermos ao longo do ano todos esses perigos a que assistimos no mundo e ao nosso redor. Por isso se há momento que devemos sempre recordar é de facto esta possibilidade da liberdade, da construção de uma vida decente, de uma sociedade democrática e tem que ser uma luta do todos os dias. E tem que ser uma luta de todos os dias que tenha que envolver todos nós. Cada um de nós individualmente contribuindo para uma sociedade conjunta e global. É aqui que eu entendo que de uma forma conjunta deveremos ter, e temos uma responsabilidade e o dever de construir uma sociedade cada vez sempre mais justa assente nos valores da liberdade individual, da construção de princípios de humanidade e de respeito pelo desenvolvimento sustentado em termos ambientais, a nível social e a nível cultural.

Entendo que, e já foi dito aqui hoje, a melhor forma de podermos continuar a construir esta sociedade que queremos sempre mais justa e mais equilibrada, é todos nós individualmente continuarmos a ter uma participação cívica e social e não nos demitirmos dessa condição e não sobretudo deixarmos que têm que ser os outros a conduzir os destinos a nível local, a nível regional e nacional. Somos todos nós, no dia-a-dia, na ação que fazemos e somos todos nós que também transmitimos esse exemplo àqueles que são os nossos filhos, aqueles que são as futuras gerações. Por isso eu vejo que o 25 de abril, e aquilo que o 25 de abril nos trouxe a Portugal e também a outros países do mundo como por exemplo a Itália também o 25 de abril é comemorado pela libertação do país frente ao regime de Hitler como no filme A Vida é Bela, relata de uma forma notável, são dias, são comemorações que nos ajudam a pensar e a refletir e a parar neste mundo frenético para pensarmos nestes valores.

Considero que a vida e a estratégia de desenvolvimento que definimos para as nossas regiões, para o nosso país e para a Europa que construímos em conjunto para o mundo a que queremos continuar a pertencer e é um desafio global, mas é um desafio local e considero que a nossa luta tem que ser continuar a reivindicar com a colaboração e a participação de todos nós, para uma maior e melhor autonomia municipal, para um melhor desenvolvimento a nível local e regional, para combater as assimetrias regionais que ainda são absolutamente gritantes e para que a criação de riqueza, seja ela distribuída de uma forma mais equitativa para com as gentes de que nós fazemos parte. É por isso mesmos que a nível da nossa ação municipal a nossa estratégia vai sempre no sentido de que o desenvolvimento seja feito para as pessoas e com as pessoas, com mais apoios sociais que possam ser mais justos no âmbito da educação, da saúde, da segurança, da habitação e da justiça. E este é um desafio constante, permanente e em todos os dias e é por isso mesmo que temos nós, que alguns nasceram em liberdade, eu quando o 25 de abril se deu tinha dez anos, mas a partir daí aprendi a construir e a viver muito em liberdade e tenho ainda as memórias e gosto de perceber aquilo que foi a nossa herança e sobretudo gosto de honrar a memória daqueles que lutaram, como na Vida é Bela o pai deu a sua vida pela liberdade do seu filho. Portanto este filme penso que é a melhor das homenagens a todos os que lutam e a todos os que lutaram para que muitos de nós vivam em liberdade.

E nessa perspetiva quero também aqui e hoje relembrar a memória de Mário Soares, um permanente lutador pela liberdade e pela democracia e que também nos deixou. Ele como muitos outros que já partiram e outros que ainda estão presentes e que têm sido uns grandes lutadores por estas causas para que todos nós e muitos de nós possamos viver numa sociedade mais justa. É esse pois o dever e a responsabilidade de cada um de nós, que possamos lutar e todos os dias ter essa responsabilidade e esse dever de criar uma sociedade mais justa para aqueles que são os nossos filhos. Viva o 25 de abril. Viva Idanha-a-Nova, Viva Portugal.”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 24 DE 25-04-2017

Terminada a intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal, o senhor Presidente da Assembleia Municipal tomou a palavra e disse “ senhores deputados mais uma vez bom dia a todos, as nossas sessões comemorativas do 25 de abril são, talvez um pouco, o espelho da nossa sociedade, as nossas convocatórias são feitas como habitualmente pelos meios normais de edital e se temos pouca participação pois a cada um caberá a participação nestas sessões.

Senhores deputados municipais, senhor Presidente da Câmara Municipal, senhoras e senhores vereadores, caros cidadãos idanhenses que se dignaram assistirem a esta sessão extraordinária da nossa Assembleia Municipal comemorativa do 43.º aniversário da revolução de abril que instaurou o regime democrático no nosso país. Pode parecer redundante para alguns, um frete para outros, mas mais que não seja que é por causa de muitos que já não fazem parte do mundo dos vivos e que lutaram, cada um à sua maneira, para que Portugal fosse um país democrático com representação parlamentar autárquica e com a eleição dos seus mais altos representantes eleitos democraticamente que hoje aqui estamos, que aqui podemos exprimir a nossa opinião pessoal ou coletiva sem receio de por isso sermos condenados.

Lembrar Mário Soares, Álvaro Cunhal, Francisco Sá Carneiro, que hoje é condecorado a título póstumo pelo senhor Presidente da República, só para focar nestes três parlamentares, figuras da democracia portuguesa, é recordar muitos dos nossos cidadãos que em seu tempo foram seus seguidores e acreditaram nas suas propostas. Portugal mudou muito e esses homens e mulheres, também obviamente há que dizê-lo, foram pilares da democracia que quarenta e três anos depois temos e devemos sempre recordar.

Os capitães, os militares fizeram a revolução, mas foram os civis que consolidaram a democracia. Isso lhes devemos, teremos sempre a tendência a procurar a procurar com maior simpatia ou proximidade política que nos forem mais próximos. Sabemos que não foram perfeitos que também erraram mas quem esteve preso por pensar diferente não por roubar ou matar, ou ter que abandonar a assembleia nacional em forma de protesto deve merecer sempre o nosso respeito e consideração.

Não sendo eu um grande adepto do culto de personalidades, mas porque somos humanos e racionais, fico sempre a pensar que quem deu a vida pelos outros merece ser reconhecido. Portugal mudou muito nestes quarenta e três anos, mesmo assim ainda vai havendo saudosistas do passado. A democracia é o melhor dos sistemas políticos disso penso, que não tenhamos dúvidas, tem defeitos, obviamente tem, mas também gerou mecanismos para afinar esses defeitos. Portugal, de um país isolado, triste, passou a fazer parte doze anos depois de uma comunidade europeia para onde até então só quase exportávamos mão-de-obra. É bom lembrar que a sangria do nosso país que começou na década de sessenta e que nos anos mais recentes teve uma grande continuidade. A guerra colonial, longa de mais de treze anos, e a imigração massiva nas décadas de sessenta e setenta deixaram o país desequilibrado. A recuperação desse desequilíbrio deveria ter sido, em minha opinião pessoal, um designio do estado português, mas infelizmente temos falhado. O atual governo tem tentado e testado algumas formulas para alterar este estado de coisas, mas ou porque a dívida não o permite, ou porque os parceiros não nos têm dado folga, não tem sido fácil. A prometida e sempre adiada regionalização, agora promovida a descentralização, faz pensar que é desta que vai ser. Estudos recentemente apresentados indicam-nos que a população portuguesa poderá vir a ter um decréscimo significativo nos próximos quarenta anos. Deve-nos fazer pensar a todos desde logo quem tem poder de criar medidas de incentivo à natalidade, fixação de populações e perspetivas de emprego com



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 24 DE 25-04-2017

perspetivas de futuro. O anterior governo do PSD/CDS quando já estava no fim de legislatura lembrou-se de falar na natalidade pela voz do senhor Primeiro-Ministro de então, o doutor Passos Coelho. Bem seria que todos enfrentássemos esta realidade, porque se no ano de dois mil e sessenta, como se prevê que a população portuguesa não ultrapasse os sete vírgula oito milhões de habitantes, meus caros conterrâneos todos somos conscientes quais são as zonas do país que sairão mais afetadas se entretanto nada for feito. Não é uma fatalidade sermos poucos, mas também não é uma grande alegria nem motivo de satisfação. Mais pessoas movimentam mais negócios, maior atratividade. Penso que foi também com o intuito de aumentar a coesão territorial que se fez o 25 de abril, dia que hoje comemoramos o 43.º aniversário. Pela minha parte enquanto cidadão e enquanto idanhense aqui ou noutra qualquer espaço, enquanto tiver discernimento continuarei a comemorar. Viva o concelho de Idanha-a-Nova. Viva o 25 de abril. Viva Portugal.”

Terminada a discussão dos assuntos da ordem do dia, o senhor Presidente da Assembleia em cumprimento do estipulado no Regimento da Assembleia, solicitou se alguém do público queria tomar a palavra.

O senhor João Fazendas solicitou a palavra e devidamente autorizado pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal disse “ é com grande orgulho que nós sentimos o 25 de abril que seja comemorado na Idanha e pelas referências que aqui já foram feitas, lembrando o passado para construir o futuro é sempre um testemunho que se deve manter porque o fascismo que nos marcou nunca deve ser esquecido como uma intervenção que houve aqui anteriormente, uma pessoa que já nasceu depois do 25 de abril fez referência que o 25 de abril é dos mais velhos. Se nós tivermos a coragem e o trabalho que se faz aqui hoje se mantiver, e quando o sua intervenção o senhor Presidente da Assembleia disse que os munícipes são poucos, se cada bancada representada aqui se mobilizasse os seus militantes e simpatizantes, possivelmente que esta sala não chegaria para albergá-los, e isso seria bom para que os jovens ouvissem os testemunhos dos menos jovens e dos partidos aqui representados e assim vissem o 25 de abril de outra forma, porque nos cabe a nós todos, poder político, poder autárquico e a todos os políticos do nosso concelho lutar para que esta efeméride não seja esquecida ou transformada em mera comemoração como outras. Viva o 25 de abril.”

A senhora Maria de Lurdes Boavida solicitou igualmente a palavra e devidamente autorizada pelo senhor Presidente da Assembleia disse, “ vou dizer dois coisinhos muito simples, uma delas é para felicitar os presentes e outra é para lamentar os milhares que não vieram. O edital foi posto para todos lerem, mas pelos vistos não o leram, e provavelmente teremos que continuar a nossa tarefa de os ir trazendo. Quanto ao entendimento do 25 de abril pelos mais novos, evidentemente que isto é uma análise muito subjetiva e cada um educa os seus filhos e seus descendentes da maneira que entende e não sei se o meu exemplo servirá para ser seguido ou analisado, os meus filhos comemoram o 25 de abril desde sempre, os meus netos estão já a comemorar o 25 de abril, os meus sobrinhos netos também estão a comemorar e ainda ontem eu disse á minha sobrinha que seria muito importante que as crianças participem para elas estarem integrados na sua atitude de cidadania. Se todas as famílias induzirem nas suas crianças e na educação aos seus descendentes uma atitude de cidadania eu penso que nós teremos um Portugal muito melhor. Viva o 25 de abril. Viva Idanha-a-Nova.”

Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida e achada conforme, vai ser assinada pelos membros da Mesa.